



Brasília, 3 maio de 2018.

Senhor Presidente,

1. Atendendo as normas regimentais da Câmara dos Deputados, apresento, a seguir, relato da participação da delegação do Congresso Nacional na 138ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP), realizada em Genebra, na Suíça, no período de 21 a 28 de março de 2018. O evento contou com a presença de cerca de 1.5 mil participantes de 150 países. Desse total, 768 eram parlamentares, sendo 69 presidentes de Parlamntos e 40 Vice-Presidentes.
2. Compondo a delegação, estavam os seguintes parlamentares: Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG) e Deputados João Carlos Bacelar (PR/BA), Cláudio Cajado (DEM/BA), Shéridan (PSDB/RR) e Maria Helena (PSD/RR) e eu. Ainda fazendo parte da delegação nossa assessoria composta pelo diplomata Victor Martins, da AFEPA, servidor Marcos Loureiro, Secretaria de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados e Silvia Cabral de Araújo, Coordenadora do grupo Brasileiro da UIP, que juntamente com nossa Embaixadora Maria Nazareth Farani, Chefe da Missão Brasileira junto às Nações Unidas auxiliou-nos durante as atividades.
3. Iniciei minha participação no dia 21 de março, participando da reunião do Subcomitê de Finanças, que tem como atribuição, analisar a situação financeira da UIP. Durante os trabalhos, referente ao ano de 2017 verificou-se, através do relatório feito por auditores externos e apresentado pelo Senador francês, Robert del Vecchia e Presidente do Suncomitê, que após sua conferência, constatou-se que o balanço financeiro é estável, dentro da normalidade, mesmo com uma alta inadimplência, cerca de 48 países em débito. Um ponto positivo, foi a que do valor gasto com salários diminuiu, decorrência de aposentadorias e contratação de servidores temporários. O relatório teve suas recomendações adotadas e finalizou agradecendo



contribuições voluntárias de vários países, bem como uma necessidade de readequar o orçamento para 2019.

4. Como membro do Comitê Executivo, participei nos dias 22 e 23 de março, na sede da UIP, da reunião de seu Comitê que aprovou a ata de sessão 277, realizada também em Genebra, entre os dias 3 e 4 de fevereiro de 2018; em seguida foi analisado o relatório de atividades realizadas pela Presidente Gabriela Cuevas Barron. A presidente apresentou o plano de trabalho e várias emendas ao estatuto da Organização. Como representante do Brasil, expressei apoio a nova Presidente, ressaltando que as emendas que têm impacto financeiro devem ser analisadas mais criteriosamente, inclusive a emenda para incluir o Português como idioma de trabalho da organização. Outro ponto, foi a análise do acordo de cooperação com o Sistema das Nações Unidas e as questões relacionadas ao Secretariado da UIP, em Genebra, sendo que não haverá redução salarial em nenhum nível dos seus respectivos funcionários. Por fim, acordamos que a 139ª Assembleia será realizada em Genebra, no mês de outubro de 2018; a 140ª será em Buenos Aires, mês de abril de 2019 e a 141ª em Genebra, no mês de outubro de 2019.

5. Dando sequência as atividades, no dia 24 de março, participei da reunião em sessão ordinária do GRULAC – Grupo de Parlamentares Latino-Americanos e do Caribe, sob o comando do presidente, senador argentino, Rodolfo Urtubey, que aprovou as atas das Sessões realizadas em São Petersburgo, Rússia, durante a 137ª Assembleia da UIP, em seguida a Presidente da UIP foi recebida na assembleia do GRULAC onde fez um breve resumo de suas atividades. Eu e a deputada Yolanda Ferrer, de Cuba, representantes do GRULAC no Comitê Executivo, apresentamos um pequeno relato das reuniões ocorridas nos dias 22 e 23 de março. Seguimos a Sessão examinando a a destinação de vagas na comissões da UIP, que assim foram distribuídas: 1. Primeira Comissão Permanente de Paz e Segurança Internacional terá suas 02(duas) vagas ocupadas por Uruguai e Chile; 2. Terceira Comissão Permanente de Democracia e Direitos Humanos, terá suas 02(duas) vagas ocupadas por República Dominicana e a outra será compartilhada pelo período igual de 1 ano entre Venezuela e Chile, e por fim; 3. Quarta Comissão Permanente de Assuntos das Nações Unidas a sendo suas 02(duas) vagas ocupadas por Equador e a outra vaga



será compartilhada entre a Argentina e o Uruguai. Por fim a Venezuela apresentou um Projeto de Declaração sobre a situação da Assembleia Nacional da Venezuela e solicitou apoio do GRULAC para assinar o documento, porém não houve um entedimento para um acordo de aprovação dessa Declaração.

6. Apesar de não ter participado efetivamente, mas para efeito de registro, aconteceu paralelamente à Sessão do GRULAC, o Fórum de Mulheres Parlamentares, já em sua 27ª Sessão, onde houve um debate sobre *“Porque as mulheres ainda são subrepresentadas na Política !?”* A Sessão terminou com um apelo urgente por ações concretas para aumentar a participação e a representação feminina na política.

7. Oficialmente, a Assembleia teve sua abertura na manhã do dia 25 de março e contou com a participação dos senhores Filippo Grandi, Alto Comissário da ONU para Refugiados, Zeid Ra’ad Al Hussein, Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos e Willian Lacy Swing, Diretor Geral da Organização Internacional para a Migração. O Debate Geral teve início, logo após, os discursos de abertura, com o tema *“Fortalecer o regime global para migrantes e refugiados: A necessidade de soluções políticas com base em evidências”*. Em meu nome e de toda a Delegação Brasileira o senador Antônio Anastasia fez uso da palavra, e em seu discurso destacou a “nova Lei de Migração” que o Parlamento brasileiro aprovou recentemente. Ressaltou também o compromisso do Brasil com o Pacto Global sobre a Migração e Refugiados onde, em fevereiro de 2018, realizou, no Itamaraty, a reunião de de Consultas da América Latina e do Caribe que resultou na elaboração de um documento chamado “Os 100 pontos de Brasília”, onde são destacadas boas práticas utilizadas por um ou mais países da Região. Destacou também a situação do estado de Roraima que vem recebendo um grande número de pedidos de refúgio venezuelanos.

8. Dando continuidade, ao meio-dia realizou-se um reunião dos parlamentares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP para discutir e debater alguns temas de interesse comum, entre eles a proposta feita por Portugal de incluir o Português como idioma oficial de trabalho. Presidi a reunião, juntamente com o deputado Duarte Pacheco de Portugal e fiz uma pequena exposição dos temas



abordados no Comitê Executivo e o deputado Pacheco apresentou a emenda de Portugal.

9. Por volta das 15H30, ainda do dia 25 de março, atendendo a uma solicitação feita pelo Chefe da Delegação de Israel, Dr. Nachman Shai, membro do Knesset, a Delegação Brasileira reuniu-se com intuito de estreitar as relações entre os dois Países.

10. Já no fim do dia 25, houve a discussão de três pontos de urgência durante a Assembleia, apesar da Delegação do Brasil ter votado no ponto 02, que fora apresentado pela Suécia, com 22 votos a favor, o ponto de urgência vencedor foi o apresentado em conjunto pela Palestina, Kuwait, Bahrain e Turquia com o tema “*As consequências da Declaração dos Estados Unidos sobre Jerusalém e os direitos do povo Palestino em Jerusalém à luz da Carta das Nações Unidas e suas Resoluções*”.

11. No dia seguinte, 26 de março, os trabalhos iniciaram com um debate, em plenário, acerca do ponto de urgência incluído na Ordem do Dia da Assembléia. O discurso feito pelo governo dos Estados Unidos sobre a transferência de sua Embaixada para Jerusalém, foi duramente criticado pelos parlamentares e reafirmaram apoio ao povo palestino. A ideia de iniciativas multilaterais, aprovada pela Assembleia, reforça o relançamento do processo de Paz de acordo com as resoluções das Nações Unidas, com o objetivo de alcançar uma solução para os dois Estados com base na fronteira de 1967. A resolução expressou também uma grave preocupação em relação ao impedimento de acesso impostas por Israel aos locais sagrados de Jerusalém.

12. A delegação brasileira manteve outra reunião bilateral, agora solicitada por Marrocos, onde os parlamentares marroquinos solicitaram apoio do Brasil para aprovar uma reunião parlamentar, no final do ano, paralelamente á Conferência das Nações Unidas. Esta proposta foi inicialmente discutida entre os parlamentares do Brasil e de Marrocos durante a 137ª Assembleia da UIP em São Petersburgo.

13. Conforme mencionado no parágrafo 7, o senador Antônio Anastasia, em meu nome e da delegação brasileira fez um discurso no dia 25. No dia 26, fora convidado para presidir os trabalhos da Assembleia e assumiu a Mesa até o final do dia. Após,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

juntamente com a deputada Shéridan participaram de um encontro com os diplomatas da Missão Brasileira junto às Nações Unidas.

14. Por fim, na manhã do dia 28 de março, as recomendações apresentadas pela Comissão de Direitos Humanos de Parlamentares foram aprovadas, relativo aos parlamentares do Camboja, Maldivas, Mongólia, Níger, Filipinas, Turquia, Venezuela e Zâmbia. No total, a Comissão analisou mais de 200 casos de violações de direitos de parlamentares.

15. Em seu encerramento, foi adotada uma Declaração onde enfatizou o papel crítico dos parlamentos na transformação dos anseios dos dois pactos Globais; um sobre migrantes e outro sobre refugiados – em Leis nacionais. Da mesma forma, a Declaração afirma que aqueles que proporcionam a proteção e a assistência social aos refugiados deve ser apoiados em seus esforços pela comunidade internacional.

16. Esse foi o meu relatório senhor Presidente, coloco-me a disposição para o que se fizer necessário.

Respeitosamente,

  
*Deputado Átila Lins PP/AM*